

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 815.660 - SP (2015/0291795-3)

RELATOR : **MINISTRO GURGEL DE FARIA**
AGRAVANTE : **JOAO TERUO HORIBE**
ADVOGADO : **DOUGLAS PESSOA DA CRUZ E OUTRO(S) - SP239003**
AGRAVADO : **INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL**

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por JOÃO TERUO HORIBE contra decisão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, que não admitiu recurso especial, fundado nas alíneas “a” e “c” do permissivo constitucional, em desafio a acórdão assim ementado (e-STJ fl. 323):

AGRAVO LEGAL. APOSENTADORIA POR TEMPO DE SERVIÇO - ILEGALIDADE OU ABUSO DE PODER INEXISTENTES.

I. No agravo legal, a controvérsia limita-se ao exame da ocorrência, ou não, de flagrante ilegalidade ou abuso de poder, a gerar dano irreparável ou de difícil reparação para a parte, vícios inexistentes na decisão.

II. Razões recursais que não contrapõem tal fundamento a ponto de demonstrar o desacerto do decisum, limitando-se a reproduzir argumento visando a rediscussão da matéria nele decidida.

III. Agravo legal improvido.

No especial obstaculizado, o recorrente apontou, além de dissídio jurisprudencial, violação do art. 1º, II, *b*, do Decreto-lei 1.116/1971, ao argumento de que consta na guia de recolhimento de contribuição sindical, no campo de atividade profissional, a condição do genitor do autor de "pequeno proprietário em regime de economia familiar"(e-STJ fl. 332). Alegou ter comprovado, por início de prova material corroborado por prova testemunhal, a sua condição de segurado especial.

Sustentou que a atividade exercida pelo agravante se enquadra no código 1.2.10, do Anexo I do Decreto 83.080/79, e código 1.2.11 do Quadro Anexo do Decreto 53.831/64, sendo que o laudo técnico acompanhado de formulário de insalubridade (SB 40, DIRBEM e DSS8030) somente passou a ser exigido para caracterização da atividade especial após o advento da Lei 9.528/1997.

Transcorrido *in albis* o prazo para contrarrazões, o apelo nobre recebeu juízo negativo de admissibilidade pelo Tribunal de origem, ao entendimento de que o julgado foi baseado em matéria fática, cuja alteração esbarra na Súmula 7 do STJ.

Na presente irresignação, o agravante sustenta que a solução da demanda não requer o reexame de matéria fática, mas apenas a interpretação da legislação vigente.

Passo a decidir.

Conforme estabelecido pelo Plenário do STJ, "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março

de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça" (Enunciado Administrativo 2).

Feito esse esclarecimento, verifico que foram preenchidos os requisitos de admissibilidade do agravo, motivo pelo qual passo a analisar o recurso especial.

Quanto ao tempo de serviço rural, o Tribunal *a quo* decidiu nos seguintes termos (e-STJ fls. 276/277):

Para comprovar o tempo de serviço rural, o autor juntou os documentos de fls. 41/98.

Documentos expedidos por órgãos públicos, nos quais consta a qualificação do autor como lavrador, podem ser utilizados como início de prova material, como exige a Lei 8.213/91 (art. 55, § 3º), para comprovar a sua condição de rurícola, desde que confirmada por prova testemunhal.

As declarações provenientes de sindicatos de trabalhadores rurais, ainda que não sejam contemporâneas, mas que tenham sido homologadas pelo Ministério Público, até 13.06.1995, são válidas para comprovação da atividade rural. Após esta data, devem ser homologadas pelo INSS, nos termos da Lei 9063/1995, que alterou o art. 106, da Lei 8213/91.

As declarações de ex-empregadores e de conhecidos, não contemporâneas à prestação do trabalho, por equivalerem à mera prova testemunhal, não servem como início de prova material.

Documentos escolares não podem ser admitidos, pois não são documentos oficiais.

O pai do autor verteu recolhimentos previdenciários como empregador (fls. 70 e 80/83), e ele assim se declarou em 1976 (fls. 97), sendo beneficiário de aposentadoria por idade como Empregador Rural/Empresário desde 08.04.1981 (doc. anexo), descaracterizando assim a alegada condição de segurado especial em regime de economia familiar.

Dessa forma, embora as testemunhas corroborem o trabalho rural do autor, inviável o reconhecimento do tempo de serviço rural na condição de segurado especial.

Analiso o tempo de serviço especial.

Dessa forma, verifica-se que o acórdão recorrido decidiu a questão ora ventilada com base na realidade que delineou à luz do suporte fático-probatório constante nos autos, cuja verificação acerca da condição de empregador rural é inviável no âmbito do recurso especial, ante o óbice estampado na Súmula 7 do STJ.

Quanto à atividade exercida de 28/08/1990 a 02/03/1991, a sentença assim esclareceu (e-STJ fl. 221):

No período de 28/08/1990 a 02/03/1991, laborado na empresa Hokko do Brasil Ind. Química e Agro-Pecuária Ltda, o autor exerceu a atividade de chefe de produção. Por sua vez, apresentou formulário DSS 8030 (fl. 116), onde comprova que os agentes nocivos eram: defensivos agrícolas, inseticidas, fungicidas, acaricidas e herbicidas, que são a base de Organo-clorados e Organo-Fosfato, utilizando-se também de solventes como metanol, xilol, etileglicol e outros produtos químicos tóxicos diversos. Consta também que "todas as atividades e serviços executados pelo funcionário são feitas dentro das fábricas, no setor de produção, estando os agentes químicos exposto como acima exposto". Assim, reconheço também como atividade que se

enquadra no código 1.1.10 do Decreto 83.080/79, razão pela qual deverá o INSS reconhecer como atividade especial.

O aresto recorrido, no entanto, reformou o *decisum* sob a seguinte fundamentação (e-STJ fl. 277):

A atividade de "chefe de produção" não consta da legislação especial, sendo indispensável a apresentação do laudo técnico para comprovação da efetiva exposição a agente agressivo, documento não trazido aos autos, o que impede o reconhecimento da natureza especial das atividades exercidas de 28.08.1990 a 02.03.1991.

In casu, verifico que a pretensão recursal encontra amparo na jurisprudência desta Corte, segundo a qual a comprovação do tempo de serviço especial deve observar o regramento legal em vigor por ocasião do desempenho das atividades.

Nos termos da jurisprudência do STJ, antes da vigência da Lei 9.032/1995, era dispensável comprovar a exposição aos agentes nocivos das profissões elencadas no rol constante dos Decretos 53.831/64 e 83.080/79, porquanto prevalecia a especialidade pelo mero enquadramento profissional, consoante a legislação em vigor por ocasião do labor.

Nesse sentido:

PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA ESPECIAL. SEGURADO INDIVIDUAL. TEMPO DE SERVIÇO PRESTADO EM CONDIÇÕES PREJUDICIAIS À SAÚDE OU INTEGRIDADE FÍSICA. POSSIBILIDADE.

1. O art. 57 da Lei n. 8.213/91, que regula a aposentadoria especial, não faz distinção entre os segurados, abrangendo também o segurado individual (antigo autônomo), estabelecendo como requisito para a concessão do benefício o exercício de atividade sujeita a condições que prejudiquem a saúde ou a integridade física do trabalhador.

2. Segundo jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, os benefícios criados diretamente pela própria Constituição, como é o caso da aposentadoria especial (art. 201, § 1º, CF/88), não se submetem ao comando do art. 195, § 5º, da CF/88, que veda a criação, majoração ou extensão de benefício sem a correspondente fonte de custeio. Precedente: RE 151.106 AgR, Relator: Min. CELSO DE MELLO, Primeira Turma, julgado em 28/09/1993, DJ 26-11-1993 PP-25516 EMENT VOL-01727-04 PP-00722.

3. O segurado individual faz jus ao reconhecimento de tempo de serviço prestado em condições especiais, desde que seja capaz de comprovar o exercício de atividades consideradas prejudiciais à saúde ou à integridade física, **nos moldes previstos à época em realizado o serviço - até a vigência da Lei n. 9.032/95 por enquadramento nos Decretos 53.831/1964 e 83.080/1979 e, a partir da inovação legislativa, com a comprovação de que a exposição aos agentes insalubres se deu de forma habitual e permanente.**

4. Recurso especial a que se nega provimento. (REsp 1.473.155/RS, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 20/10/2015, DJe 03/11/2015) (Grifos acrescidos).

PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA ESPECIAL. EXPOSIÇÃO HABITUAL E PERMANENTE A AGENTES NOCIVOS EXIGIDA SOMENTE

A PARTIR DA EDIÇÃO DA LEI 9.032/95. SÚMULA 83/STJ EXPOSIÇÃO EFETIVA AO AGENTE DANOSO. SÚMULA 7/STJ

1. Não há falar em reparo do decisor a quo quando entendeu, no que tange à suposta violação ao artigo 462 do Código de Processo Civil, que se vislumbra, na verdade, o mero inconformismo do recorrente para com a decisão, porquanto prolatada mediante o devido cotejo dos elementos probatórios coligidos aos autos, concluindo-se fundamentadamente que a parte autora não se desincumbiu do ônus da prova dos fatos constitutivos de seu direito.

2. O entendimento firmado pelo Tribunal de origem, no sentido de que a comprovação do exercício permanente (não ocasional, nem intermitente) somente passou a ser exigida a partir da Lei 9.032/95, que deu nova redação ao § 3º do art. 57 da Lei n. 8.213/91, não merece censura, pois em harmonia com a jurisprudência do STJ, o que atrai a incidência, no ponto, da Súmula 83 do STJ. (STJ Segunda Turma, AgRg no AREsp 295. 495/AL, Rel. Min. Humberto Martins, DJe 15/4/2013)

3. Tendo as instâncias de origem exposto seu entendimento no tocante à alegada natureza especial do trabalho desenvolvido pelo segurado, bem como tendo apreciado as provas amealhadas ao processo relativas ao caráter permanente ou ocasional, habitual ou intermitente, da exposição do segurado a agentes nocivos à saúde ou à integridade física, conclusão contrária demanda reexame do acervo fático-probatório dos autos, o que é inviável em Recurso Especial, sob pena de violação da Súmula 7 do STJ.

4. Recurso Especial não provido.

(REsp 1.655.411/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 28/03/2017, DJe 18/04/2017).

Desse modo, em razão da ausência de lei específica sobre a exposição permanente do trabalhador aos agentes nocivos em período anterior a 1995, conclui-se que a referida exigência somente em decreto excede à finalidade regulamentar da legislação de regência.

A propósito:

PREVIDENCIÁRIO. RECURSO ESPECIAL. APOSENTADORIA ESPECIAL. VIOLAÇÃO DO ARTIGO 535 DO CPC. NÃO CARACTERIZAÇÃO. EXERCÍCIO DE ATIVIDADE ESPECIAL. SEGURADO CONTRIBUINTE INDIVIDUAL NÃO COOPERADO. POSSIBILIDADE. COMPROVAÇÃO DA ATIVIDADE ESPECIAL. REVISÃO DO ACÓRDÃO RECORRIDO. SÚMULA 7/STJ. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE CONHECIDO E NESSA PARTE NÃO PROVIDO.

1. Não há violação do artigo 535 do Código de Processo Civil, pois *in casu* o Tribunal Regional Federal da 4ª Região analisou integralmente todas as questões levadas à sua apreciação, notadamente, a possibilidade de se reconhecer ao segurado contribuinte individual tempo especial de serviço, bem como conceder o benefício aposentadoria especial.

2. O *caput* do artigo 57 da Lei 8.213/1991 não traça qualquer diferenciação entre as diversas categorias de segurados, elegendo como requisitos para a concessão do benefício aposentadoria especial tão somente a condição de segurado, o cumprimento da carência legal e a comprovação do exercício de atividade especial pelo período de 15 (quinze), 20 (vinte) ou 25 (vinte e cinco) anos.

3. O artigo 64 do Decreto 3.048/1999, ao limitar a concessão do benefício aposentadoria especial ao segurado empregado, trabalhador avulso e contribuinte individual cooperado, extrapola os limites da Lei de Benefícios que se propôs regulamentar, razão pela qual deve ser reconhecida sua

ilegalidade.

4. Tese assentada de que é possível a concessão de aposentadoria especial ao contribuinte individual não cooperado que cumpra a carência e comprove, nos termos da lei vigente no momento da prestação do serviço, o exercício de atividade sob condições especiais que prejudiquem a sua saúde ou sua integridade física pelo período de 15 (quinze), 20 (vinte) ou 25 (vinte cinco) anos.

5. Alterar a conclusão firmada pelo Tribunal de origem quanto à especialidade do trabalho, demandaria o necessário reexame no conjunto fático-probatório, prática que esbarra no óbice da Súmula 7/STJ.

6. Recurso especial parcialmente conhecido e nessa parte não provido.

(REsp 1.436.794/SC, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 17/09/2015, DJe 28/09/2015) (Grifos acrescidos).

Ante o exposto, com base no art. 253, parágrafo único, II, "a" e "c", do RISTJ, CONHEÇO do agravo para CONHECER PARCIALMENTE do recurso especial e, nessa extensão, DAR-LHE PROVIMENTO, a fim de reconhecer a especialidade do período laborado entre 28/08/1990 a 02/03/1991, o qual, após conversão em tempo de serviço comum, deverá ser somado aos 29 anos, 3 meses e 6 dias reconhecidos na instância ordinária para fins de concessão de aposentadoria por tempo de serviço (e-STJ fl. 278).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator